

Posse de armas no Brasil.

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

De acordo com os indicadores da época, os anos em que a população podia se armar para teoricamente “fazer frente à bandidagem” não foram de paz absoluta, mas de crescente violência, segundo dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. De 1980 até 2003, as taxas de homicídios subiram em ritmo alarmante, com alta de aproximadamente 8% ao ano. o Estatuto do Desarmamento, que restringiu drasticamente a posse e o acesso a armas no país e salvou mais de 160.000 vidas, segundo estudos. Atualmente a taxa está em 29,9 o que pressupõe que o desarmamento não reduziu drasticamente os homicídios mas estancou seu crescimento. Sendo assim, O Projeto de Lei 7282/14, em análise na Câmara, libera o porte de armas no País. Pelo texto, do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), “poderá ser concedido porte de arma de fogo para pessoas que justificarem a necessidade para sua segurança pessoal ou de seu patrimônio”.

Objetivo

Verificar que são contra a liberação da posse de armas alegam que o problema da violência decorre da profunda desigualdade social no Brasil. Assim, a posse de armas não solucionaria este assunto.

Especialistas em segurança pública alertam que o despreparo ao manusear uma arma pode ser mais letal do que não possui-la. A sensação de falsa segurança que dá uma arma é perigosa.

Material e Métodos

A pesquisa foi feita através da internet, sites jornalísticos. Tendo como fundamento estudiosos na área pesquisada, tendo tbm pesquisado na constituição para referências concretas, no site do Planalto para melhor entendimento das leis sobre a posse de arma. Sinarm (sistema Nacional de armas). Pesquisado na internet sobre o decreto. Toda pesquisa feita exclusivamente pela internet, todos os pesquisados , temas e autores , todos da internet.

Resultados e Discussão

Número de mortos por arma de fogo variou de maneiras diferentes nas capitais. Veja dados sobre os padrões de mortalidade no Brasil desde 1996. Com facilidades as armas eram adquiridas, lembrando que era possível comprar munições de baixo calibre e pólvora em lojas de ferragens e elétrica. Até 1997, o porte ilegal de arma de

fogo era enquadrado apenas como uma contravenção penal, uma ofensa menor (assim como o jogo do bicho), com pena de 15 dias a seis meses de prisão ou multa – prevalecendo na maioria dos casos a segunda opção. Naquele ano foi aprovada uma lei que criminalizou o porte sem autorização devida – mas mesmo assim ainda era relativamente fácil comprar um revólver.

Conclusão

conclui-se que o BRASIL não está preparado por haver alto índice de criminalidade em comparação aos números de funcionários a exercer a função de cumprimento da lei. A posse de armas de fogo, consiste no aumento da circulação de armas de fogo e com isso o aumento da violência. Sendo a segurança do cidadão civil dever do estado, com profissionais capacitados e qualificados. As armas não trazem segurança para a população e sim leis mais rígidas, e com complemento de um Estado eficaz.

Referências

Jornal digital NEXO, Rodolfo Almeida, Daniel Mariani e Vitoria Orlette 22 de fevereiro 2017 (atualizado 03/12/2020 as 15:31)

art 2 decreto nº 11.366 de 1º de janeiro de 2023

GIL ALESSI

São Paulo - 31 OCT 2017 - 00:45 BRST

Juliana Bezerra

Bacharel e Licenciada em História pela PUC-RJ. Especialista em Relações Internacionais, pelo Unilasalle-RJ.

Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá, Espanha.

Reportagem - Maria Neves

Edição – Natalia Doederlein

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'.

Fonte: Agência Câmara de Notícias